

HABEAS CORPUS Nº 567.984 - RS (2020/0072764-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
NILTON LEONEL ARNECKE MARIA - RS054268
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DANIELA SILVA DA ROSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Daniela Silva da Rosa**, apontando-se como autoridade coatora a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (HC n. 0329470-32.2019.8.21.7000).

Em 1º/10/2018, a paciente, juntamente com outras pessoas, foi autuada em flagrante delito pela suposta prática do crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. O flagrante foi homologado e decretada a prisão preventiva.

Sob a alegação de excesso de prazo, impetrou-se *writ*, na origem, que teve a ordem denegada.

Neste *habeas corpus*, a Defensoria Pública repisa a alegação da excesso de prazo, destacando que não há data prevista para o início da instrução e, ainda, alega que, embora *não tenha sido levantado o fato e os argumentos a ele relativos perante a autoridade coatora, merece atenção a pandemia de Coronavírus Disease (Covid-19) reconhecida pela OMS simultaneamente à impetração do pedido perante a autoridade coatora* (fl. 6).

Requer, em liminar, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição por prisão domiciliar.

É o relatório.

O pedido de liberdade em decorrência da pandemia do coronavírus deve ser analisado pelo Magistrado de primeiro grau, sendo vedada a pretendida supressão de instância.

É cediço, ainda, que os fundamentos da prisão cautelar podem ser reexaminados pelo Magistrado, que deve, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

Acerca do excesso de prazo, vejamos, no ponto, o que consta do acórdão impugnado (fls. 98/99 - grifo nosso):

[...]

Nesse passo, não vislumbro ilegalidade no presente caso. Ocorre que, embora a paciente se encontre presa preventivamente há aproximadamente um ano e cinco meses, **a apontada autoridade coatora vem conduzindo o feito de forma adequada, não deixando transcorrer lapso temporal de inatividade injustificada.**

Conforme já referi quando do julgamento do habeas corpus nº 70083227389 (que versou sobre os mesmos fatos), **a denúncia foi recebida em 22/07/2019, ocasião em que foi determinada a notificação dos réus, sendo necessária a expedição de cartas precatórias para tanto - o que, por si só, já acarreta uma maior demora para que sejam cumpridas.**

Além disso, em consulta às movimentações processuais, verifico que **foi determinada a citação editalícia de alguns réus, o que, igualmente, enseja um maior lapso temporal. Aliás, tal situação inclusive acarretou a cisão processual em relação a esses acusados (citados por edital)**, nos termos da decisão proferida pelo Dr. Rogério Kotlinsky Renner, em 19/12/2019:

[...]

Tratando-se, portanto, de processo com certa complexidade, considerando que existem 16 acusados, que precisam ser notificados e citados para apresentar suas respectivas defesas preliminares e contestações, o que justifica a referida demora para o início da instrução do feito já que possuem advogados distintos.

Por fim, **em consulta às movimentações processuais (no site do TJRS), verifico que já foi determinado o início da instrução** (conforme teor do despacho acima transcrito).

Ao menos por ora, não há excesso de prazo a ser reconhecido.

[...]

Assim, por ora, não verifico a existência de desídia do Poder do Judiciário no andamento da ação penal.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara Judicial da comarca de Mostras/RS (Autos n. 0001526-71.2018.8.21.0111) acerca da situação da paciente e do andamento da ação penal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator